

## CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

### AGENTE PENITENCIÁRIO DO ESTADO - CE

Baseado no Edital Nº 29/2011

#### **Língua Portuguesa**

A língua padrão culta nas suas modalidades oral e escrita, nesta incluídos os aspectos formais relativos à ortografia oficial, à acentuação gráfica e à pontuação. A palavra: estrutura, processos de formação, classificação, flexão e emprego. Articulações sintáticas da oração, do período simples e do período composto. A sintaxe de concordância nominal, de concordância verbal, de regência nominal, de regência verbal e de colocação. O texto: compreensão, interpretação e articulações semântico-textuais.

#### **Noções de Informática**

Conceitos básicos de Informática. Noções de hardware e software de computador, dispositivos de entrada, de saída e de armazenamento de dados. Noções de sistemas operacionais: Microsoft Windows e Linux. Processadores de Texto: Microsoft Word e BROFFICE Writer. Planilhas eletrônicas: Microsoft Excel e BROFFICE Cálculo. Noções de redes de computadores, Internet e Intranet. Programas de navegação (Microsoft Internet Explorer e Mozilla Firefox) e correio eletrônico. Grupos de discussão, sites de busca e pesquisa na Internet. Noções de segurança e proteção da informação: vírus e antivírus, cópias de segurança (backup), medidas de segurança.

#### **Noções de Direito Constitucional**

Direitos e Garantias Fundamentais (artigo 5º); Da Administração Pública (artigo 37). Da Defesa do Estado e das Instituições Democráticas, do estado de defesa e do estado de sítio (artigos 136 a 141). Da Segurança Pública (artigo 144).

#### **Noções de Direito Penal**

Do crime (artigo 13 a 25). Das Penas (artigos 32 a 52). Dos crimes contra a honra (artigos 138 a 145). Dos crimes contra a Pessoa (artigos 121 a 154). Dos crimes contra a liberdade pessoal (artigos 146 a 150). Dos crimes contra o Patrimônio (artigos 155 a 180). Dos crimes praticados por funcionário público contra a Administração em Geral (artigos 312 a 327).

#### **Direitos Humanos e Cidadania**

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988: Princípios fundamentais do Estado brasileiro; Direitos e garantias fundamentais; A segurança pública. Direitos Humanos: Concepções. O Estado e as garantias à pessoa em privação de liberdade. Carta das Nações Unidas (1945): art.1º, §3º e art. 55. Declaração Universal dos Direitos Humanos (adotada e proclamada pela Resolução 217-A (III) – da Assembleia Geral das Nações Unidas, em 10 de dezembro de 1948): universalidade, igualdade e não discriminação (artigos 1º, 2º e 7º); direito à vida, à liberdade e à segurança (art. 3º); direito de ir e vir e proibição de prisão arbitrária (arts. 9º e 13); asilo (art.14). Convenção para a prevenção e a repressão do crime de genocídio: conceito de genocídio (art. 2º), responsabilidade (art. 4º), genocídio e extradição (art. 13). Os Direitos Humanos na Constituição Federal de 1988 (artigos 5º ao 16).

### **Conhecimentos Específicos**

Direitos, deveres e regime disciplinar dos Funcionários Públicos Civis do Estado do Ceará (Lei Estadual Nº 9.826, de 14 de maio de 1974). Lei Nº 14.582, de 21/12/09 (D.O.E de 28/12/09) e suas alterações. Redenomina a Carreira Guarda Penitenciária, e dá Outras Providências. Sistema de Revistas nos Estabelecimentos Penais do Estado do Ceará (Decreto Estadual Nº 25.050, de 14 de julho de 1998, publicado no DOE de 16/07/98). Regimento Geral dos Estabelecimentos Prisionais do Estado do Ceará (Anexo Único da Portaria Nº 240/2010, de 16 de abril de 2010, publicada no Diário Oficial de 28 de abril de 2010 e republicada no DOE de 24 de agosto de 2010).

### **Legislação Especial**

Lei Federal Nº 10.826, de 22/12/2003 (Dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas – Sinarm). Decreto Federal Nº 5.123, de 1/07/2004 (Regulamenta a Lei Nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, que dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas - SINARM e define crimes). Lei Estadual Nº 12.567, de 03/04/96, publicada no DOE de 29/04/96. (Institui porte de arma de defesa para Agentes Penitenciários do Estado do Ceará e dá outras providências). Lei Federal Nº 7.210/84 (Lei de Execução Penal): Direitos preservados (artigo 3º); Do condenado, do internado e egresso (artigos 5º a 26); Dos deveres, direitos e disciplina do condenado (artigos 38 a 52); Dos estabelecimentos penais (artigos 82 a 104); Dos regimes (artigos 110 a 118). Leis Federais Nº 8.072/90 e Nº 8.930/94 (Dá nova redação ao art. 1º da Lei Nº 8.072, de 25 de julho de 1990, que dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do art. 5º, inciso XLIII, da Constituição Federal, e determina outras providências). Lei Federal Nº 9.455/97 (Define os crimes de tortura e dá outras providências). Lei Federal Nº 11.343/06 (Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas –

SISNAD): Título III - Capítulo III, Dos crimes – arts. 27 ao 30; Título IV - Capítulo II, Dos Crimes – arts. 33 ao 47.

